

Estratégias participativas na promoção da alimentação adequada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: reflexões para a formação do nutricionista

Autora: Giuliana Galetto Silva

Orientadora: Profa. Dra. Maria Fernanda Frutuoso

Co-orientadora: Samantha Jesica Sales Andrade

RESUMO A garantia do direito à alimentação adequada - DHAA depende, entre outros aspectos, de políticas, programas e estratégias de promoção de alimentação adequada em todo o ciclo da vida, dada a conhecida relação cada vez mais precoce entre alimentação e doenças e a relevância do acesso à alimentos saudáveis na qualidade e quantidade da dieta. O objetivo desse trabalho é discutir aspectos da formação em Nutrição a partir da vivência na construção e participação de ações de promoção de alimentação adequada em coletivos infanto-juvenis de territórios vulnerabilizados de São Vicente. É um relato de experiência baseado em diários de campo das assembleias comunitárias em dois bairros de atuação do Instituto Camará Calunga como extensionista, no ano de 2017 e estagiária, no de 2018. Nos processos participativos construídos nas assembleias, a promoção da alimentação adequada aconteceu partir da discussão de vivências e questionamentos envolvendo a comida na perspectiva da promoção de saúde e direitos, como o DHAA. A participação do nutricionista nessa área é inovadora e requer que o profissional tenha a capacidade de adaptar os conhecimentos técnicos à diferentes situações e realidades, com foco não só no que a pessoa come, mas também nos cenários e contextos que produzem formas de comer.

Palavras-chave: Alimentação, Vulnerabilidade Social, Criança, Adolescente, Participação Social

1. Introdução

As doenças relacionadas à alimentação inadequada tem prevalência aumentada em toda a população brasileira, incluindo crianças e adolescentes, devido a mudanças nos padrões de consumo alimentar como redução do consumo de alimentos *in natura* e aumento de alimentos ultraprocessados ricos em açúcar, sódio e gordura saturada (LOPES, 2010; MONTEIRO, 2010; COSTA et. al, 2018; BRASIL, 2018).

Contrastando com esse fenômeno a fome ainda está presente na vida de alguns brasileiros e as carências nutricionais ainda são assunto em discussão. A partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD (2013), cerca de 22,6% dos domicílios particulares, aproximadamente 52 milhões de pessoas, se encontravam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA), ou seja, tinham alguma preocupação com a aquisição de alimentos.

A falta de acesso a alimentação é uma violação ao direito humano, causando não só alterações fisiológicas, mas também, afetando a saúde psicológica e a vida social com problemas relacionados à autoestima, ansiedade e depressão resultando em um aumento da evasão escolar de crianças e adolescentes, podendo levar a situações precárias de trabalho no futuro (SIQUEIRA, 2014; BRASIL, 2018).

Para garantia do DHAA à toda a população existem programas de promoção de saúde que tem crescido pela sua importância como estratégia para o enfrentamento dos problemas ligados ao processo de saúde-doença-cuidado (SANTOS, 2005). A promoção de saúde é um mecanismo de fortalecimento e implantação de estratégias na melhoria da qualidade de vida de indivíduos e coletivos, colocando em diálogo diversos setores influenciando escolhas saudáveis, incluindo a alimentação. A promoção ocorre por meio de políticas, estratégias, ações e intervenções, com objetivo de atuar sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde e fortalecimento da participação popular (BRASIL, 2007; BRASIL, 2010).

A participação das crianças e adolescentes na discussão sobre o DHAA é essencial para a formação do sujeito e no pensamento crítico a partir das escolhas alimentares cotidianas. De acordo com Hart (1992), este público deve ser incluído nas discussões e decisões para que adquiram prática de forma gradual, aumentando a habilidade e a confiança para se impor e revisar suas preferências.

2. Objetivo

Apresentar reflexões sobre a formação do nutricionista em relação aos processos participativos na promoção da alimentação adequada para crianças e adolescentes residentes em territórios de exclusão social de São Vicente, São Paulo.

3. Métodos

Trata-se de um relato de experiência relacionado ao Projeto de Extensão Universitária “SABERES e SABORES: a Nutrição em diálogos” e ao estágio curricular obrigatório de Nutrição Social, da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista, aprovado pelo CEP (parecer 3.035.329 de 23/11/2018).

As ações do projeto de extensão e do estágio foram realizadas no Instituto Camará Calunga, fundado em 1997, no município de São Vicente.

“O Camará tem por missão institucional a promoção e a defesa dos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes, nos diversos lugares e territórios em que vivem, produzindo experiências referenciais de cuidado, formação crítica, pesquisa e intervenção, que incidam na formulação de políticas públicas de infância e juventude” (CENTRO CAMARÁ DE PESQUISA E APOIO À INFÂNCIA E JUVENTUDE, 2017).

No decorrer da construção de projetos e ações do Instituto para o ano de 2017, surgiu a temática da alimentação, culminando no projeto “Terra Sonâmbula: despertar um território para a

cidadania”, no qual se inseria a equipe do lanche, que consistia em turmas de quatro crianças e/ou adolescentes, que produziam o lanche da tarde para todos os participantes das atividades que aconteciam na sede do Camará. No ano de 2018, as ações do projeto aconteceram, prioritariamente, nos territórios, sob coordenação de um educador de referência.

O Camará utiliza assembleias como um dispositivo de gestão e formação. São momentos de trabalho coletivo, pois participam extensionistas, estagiários, educadores, crianças/adolescentes e familiares. Acontecem todas as semanas, no período noturno, em cada um dos territórios nos quais o Camará atua, como um lócus de diálogo sobre as realidades locais, e, ainda, um instrumento de gestão democrática da organização de espaços de resistência coletiva, escuta e de mobilização para a garantia de direitos humanos, incluindo o DHAA.

Durante o período de contato com os coletivos foram produzidos diários de campo para cada ida a campo. O diário de campo consiste em um registro das atividades realizadas no dia com o acréscimo de comentários e reflexões. Esse instrumento facilita o observar com atenção, descrição e reflexão sobre os acontecimentos do dia (LIMA; MIOTO; PRÁ, 2007).

Os registros dos diários foram analisados apresentando-se a contextualização dos bairros e a dinâmica das ações seguida da problematização de aspectos relevantes para a formação em Nutrição.

4. Resultados e discussão

4.1. Caracterização dos bairros de residência das crianças/adolescentes e das assembleias

O município de São Vicente encontra-se no litoral do estado de São Paulo e faz parte da Região Metropolitana da Baixada Santista. O território do município se estende por uma área insular, ocupando região ocidental da Ilha de São Vicente, que compartilha com a cidade de Santos, e ainda, possui uma parte no continente. As assembleias do bairro da Vila Margarida – VM foram acompanhadas em 2017, como extensionista e as do bairro Quarentenário, em 2018, como estagiária.

O Camará atua na VM há 12 anos e o coletivo presente nas assembleias realizadas em uma escola do bairro durante o período acompanhado foi constante e populoso, variando de 40 a 70 participantes. Para que a comunicação fosse facilitada, os participantes eram divididos em duas salas e no pátio da escola, tendo como critério a faixa etária para que o tipo de comunicação utilizada em cada um desses espaços oportunizasse a compreensão pelas pessoas que compunham o grupo. No Quarentenário a organização era diferente, uma vez que no início do acompanhamento das assembleias, não havia a designação de um local no bairro para os encontros, que eram realizados na rua e acompanhados por duas educadoras. Havia, em média, de 15 a 20 participantes e

a assembleia era realizada com todos, sem separação por faixa etária, pois o grupo não era tão heterogêneo e populoso quanto a VM, e não havia local físico para que ocorresse essa divisão.

4.2. Assembleias: as pautas e as dinâmicas

As pautas abordadas durante as assembleias, independente do local, eram escolhidas no decorrer da semana, levando em consideração os acontecimentos que podiam gerar o desejo de discussão, sugestões dos grupos durante as atividades nos territórios, além de decisões e comunicados que deviam ser transmitidos ao coletivo.

As assembleias são momentos importantes na decisão de tarefas e discussão de ideias entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, mas existem algumas dificuldades na realização dessa atividade. A maior das dificuldades observada durante o acompanhamento dos encontros foi a percepção dos adultos quanto à liberdade das crianças e adolescentes para participarem e se posicionarem nos espaços coletivos local, uma vez que muitos adultos tentavam alterar e controlar a fala das crianças, cerceando suas decisões.

No tocante à alimentação, na VM, a conversa era, muitas vezes, iniciada pela escolha de equipe do lanche e pelas narrativas sobre o que haviam preparado e consumido nos dias anteriores, com comparações e associações, em diversos momentos, com o que costumavam comer em casa ou o que comiam no Camará antes da presença da nutricionista, recém ingressa na equipe. No Quarentenário, o tema da alimentação aparecia quando o coletivo contava o que havia feito durante a atividade do dia. Em muitos momentos a atividade incluía um passeio pelo bairro, repleto de árvores frutíferas, o que disparava a alimentação como assunto das conversas.

A comida era tema muito comentado nas assembleias, nos dois bairros, uma vez que os educadores incentivavam a comunicação sobre a alimentação e em alguns momentos aproveitavam para compartilhar outras percepções, como a apresentação de outros modos de cocção de alguns alimentos, outros tipos de temperos para a diminuição do uso do sal, e, assim guia-los para que pudessem conhecer e optar por uma alimentação mais saudável.

A assembleia é um processo participativo onde a promoção da alimentação adequada pode acontecer a partir da discussão de vivências e questionamentos dos seus participantes, o que a torna um espaço propício para a discussão de possibilidades saudáveis em territórios de exclusão social. Por conta da discussão desses assuntos e a disseminação de ideias sobre o DHAA e a alimentação em si, a presença do nutricionista torna-se importante nessas atividades. O DHAA é um tema muito complexo e deve ser inserido nos grupos de forma processual, para que crianças, adolescentes e familiares – em situações de vulnerabilidade - compreendam e entendam como o tema faz parte do cotidiano de todos.

Segundo Brasil (2017), a efetividade da promoção de saúde se dá a partir do fortalecimento das capacidades de indivíduos agirem e da capacidade de grupos e comunidades de organizarem

ações coletivas para exercer controle sobre os determinantes da saúde.

De acordo com Hart (1992) o público – como o que o Camará atua - deve ser incluído nas discussões e decisões comunitárias, devendo ser inseridos em projetos, sendo a confiança e a competência adquiridas pela prática, de forma gradual. Assim, com o conhecimento sobre os seus direitos, pode-se reconhecer nas crianças maior habilidade em falar e se posicionar sobre os assuntos discutidos. Esta ponderação pode ser notada diariamente nas ações do camará: conforme as crianças adquirem mais conhecimento sobre a alimentação passaram a falar e se posicionar mais sobre o tema.

Viana (2018) afirma, em reflexões sobre as assembleias no Camará, que os espaços coletivos devem estimular e facilitar a participação de agentes externos ao grupo e que as crianças são responsáveis pela iniciação da mobilização comunitária, chegando, posteriormente, aos adultos, que, assim, dão continuidade ao processo de pulverização do poder. As assembleias comunitárias configuram-se como um espaço não é apenas para a formação de grupo e mobilização, mas também caracteriza-se por um espaço de construção do sujeito, e assim ressoa em diversos pontos da vida dos participantes.

Portanto, a participação da comunidade, principalmente infanto-juvenil é extremamente importante para a promoção de saúde e direitos, incluindo a alimentação. A partir da capacidade de mobilização que os mais jovens possuem, a disseminação de ideias ocorre de forma sutil e rápida por toda a comunidade. A promoção do DHAA dentro dos grupos de crianças e adolescentes das diversas comunidades em que o coletivo Camará atua é essencial para que a ideia se propague pela sociedade em todas as classes sociais, mas, principalmente, nas mais vulneráveis.

A participação do nutricionista nesse processo é uma estratégia inovadora para a área, que requer a capacidade do profissional em perceber outras formas de aproximação das crianças e adolescentes e outras formas de discussão que se distanciam do uso de técnicas específicas da profissão, como por exemplo os inquéritos nutricionais que são ferramentas para diagnóstico dos hábitos alimentares. A proximidade dos territórios em que o público vive traz a dimensão do ambiente alimentar, percebendo o entorno das residências, onde estão os comércios de alimentos que ilustram a disponibilidade de comida para a população. Conhecer as residências traz o olhar para o campo dos direitos, muitas vezes violados no âmbito do acesso à rede de água e esgoto e à moradia, que impactam diretamente no preparo e consumo alimentar.

Na atuação profissional do nutricionista, as ações de educação alimentar e nutricional, incluindo a promoção da alimentação adequada para crianças e adolescentes partem de um princípio adultocêntrico, onde o adulto/profissional dita e/ou corrige o que a criança deve comer. Nesta experiência, as crianças experimentam alimentos que não conhecem, cozinham e possuem voz para discutir e argumentar sobre o que querem comer e sobre o que realmente comem, além de residirem

em locais de vulnerabilidade que trazem desafios quanto ao acesso físico e econômico aos alimentos.

Em algumas vezes, foram as crianças que apresentaram novos alimentos, como ‘coquinho’ e ‘cuca’ e mostraram o repertório alimentar presente nas regiões onde vivem. A disponibilidade para estar em territórios de elevada vulnerabilidade e construir com crianças e adolescentes reflexões sobre a comida foram os maiores desafios desta experiência de formação em Nutrição.

5. Referencias

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 60 p. (B). Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf . Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. CONSEA NACIONAL. **GT - Alimentação Adequada e Saudável: Relatório Final**. Brasília, 2007. 22 p. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OYecPn1L6NwJ:www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2007/relatorio-final-marco-2007-02.2007/%40%40download/file/documento-final-alimentacao-adequada-e-saudavel.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Coordenação-geral da política de Alimentação e Nutrição. **Estratégias de Promoção de Alimentação Saudável para o Nível Local**. Relatório da oficina de Trabalho do I Seminário sobre Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília – DF 2007. 18 p. Disponível em: http://nutricao.saude.gov.br/docs/geral/doc_tecnico_pas_nivel_local.pdf. Acessado em: 03 dez. 2017.

BRASIL. UNICEF - Fundo das Nações Unidas Para a Infância. **Comer Bem e Melhor: Dicas para promover alimentação saudável entre crianças e adolescentes**. Brasília, 2018. 15 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pse/Guia_Alimentacao_Saudavel_PCU_2018.pdf . Acesso em: 21 ago. 2018.

CENTRO CAMARÁ DE PESQUISA E APOIO À INFÂNCIA E JUVENTUDE. (São Vicente). **Consolidação do Estatuto Social do Instituto Camará Calunga**. 2017. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/b35bc8_4a2b551da9894aa1948d5ea648e7e8fa.pdf . Acesso em: 22 nov. 2017.

COSTA, Caroline dos Santos et al . Sedentary behavior and consumption of ultra-processed foods by Brazilian adolescents: Brazilian National School Health Survey (PeNSE), 2015. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 34, n. 3, e00021017, 2018 .

HART, Roger A. **Children's participation: from tokenism to citizenship**. Florence: Unicef - International Child Development Centre, 1992. 41 p. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/childrens_participation.pdf . Acesso em: 28 ago. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores - 2013**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf> . Acesso em: 30 jun. 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso; PRÁ, Keli Regina dal. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.93-104, jan. 2007.

LOPES, Patrícia Carriel Silvério; PRADO, Sônia Regina Leite de Almeida; COLOMBO, Patrícia. Fatores de risco associados à obesidade e sobrepeso em crianças em idade escolar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 1, p.73-78, fev. 2010.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health: evidence from Brazil. **Public Health Nutrition**, São Paulo, v. 14, n. 01, p.5-13, 20 dez. 2010

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p.681-692, out. 2005.

SIQUEIRA, Renata Lopes de et al. Análise da incorporação da perspectiva do direito humano à alimentação adequada no desenho institucional do programa nacional de alimentação escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p.301-310, jan. 2014.

VIANA, Cassio. Assembleias comunitárias de crianças e adolescentes em territórios vulneráveis: um dispositivo de formação e mobilização comunitária. Resumo expandido apresentado na III Bienal Latinoamericana y Caribeña de Infancias y Juventudes - CLACSO. **Desigualdades, Desafios a las democracias, memoria e Re-existencias**. Manizales, Caldas, Colombia, 2018.